

SOCIEDADE PORTUGUESA DE FILOSOFIA

Centro para o Ensino da Filosofia

Orientações para a elaboração de manuais escolares

Outubro de 2005

Índice

Índice.....	1
Preâmbulo	2
1. Aspectos científicos	2
Rigor.....	2
Selecção de conteúdos	4
Imparcialidade.....	5
Actualização bibliográfica.....	6
Apresentação dos autores.....	7
2. Aspectos didácticos	7
Linguagem	7
Organização	8
Selecção de textos	8
Exemplos.....	10
Tarefas e exercícios	10
3. Aspectos estilísticos	11
4. Aspectos gráficos.....	12
Mancha e cores	12
Imagens.....	13
Esquemas	13

Preâmbulo

De acordo com os seus estatutos, compete ao Centro para o Ensino da Filosofia da Sociedade Portuguesa de Filosofia (CEF-SPF) «Avaliar a qualidade científica e pedagógica dos métodos e recursos utilizados no ensino da Filosofia, seja qual for a sua natureza, produzindo pareceres, recomendações e propostas que possam contribuir construtivamente para o incremento da sua qualidade».

Constituindo um importante instrumento de ensino, ainda que não o único, uma parte substancial da qualidade do ensino depende da qualidade dos manuais. Este documento apresenta orientações que visam melhorar a qualidade dos manuais escolares de filosofia.

Os editores e autores de manuais escolares, elementos fundamentais de qualquer sistema de ensino, encontrarão aqui, desejavelmente, orientações claras para melhorar a qualidade do seu trabalho. Mas também os professores poderão usar estas orientações para escolher melhor os seus manuais.

Este documento é *uma* contribuição para a auto-regulação dos profissionais do sector – editores, autores e professores. Da sua publicação não se pode inferir a sanção de qualquer iniciativa centralista de certificação de manuais.

1. Aspectos científicos

Rigor

1. *Distinguir noções filosóficas de base de posições filosóficas substanciais.*

As noções de base distinguem-se das posições substanciais porque, ao contrário destas, são consensuais e não são objecto de disputa filosófica alargada. Por exemplo, as noções de *a priori*, validade e teísmo são amplamente consensuais; ao passo que o apriorismo kantiano, a teoria da arte como expressão e a incomensurabilidade dos paradigmas são posições que constituem objecto de disputa. As posições substanciais não podem ser apresentadas como se fossem noções imunes à discussão filosófica. A apresentação das noções de base tem como objectivo permitir a discussão rigorosa das posições substanciais.

2. *Distinguir lugares-comuns de conteúdos cientificamente sólidos.*

Por exemplo, é um lugar-comum afirmar que os sofistas eram mal vistos pelos seus contemporâneos, o que é historicamente falso. É também um lugar-comum afirmar que a metafísica é o estudo do que está para lá da física, o que é incorrecto.

3. Distinguir o significado especializado dos termos do seu significado corrente.

Muitos dos termos especializados usados em filosofia são também usados com outros significados na linguagem corrente. Uma vez definido um termo especializado, este nunca deve ser usado no seu sentido corrente ou em qualquer outro sentido. Por exemplo, não se deve usar o termo «paradigma» no seu sentido popular ou corrente (em que é sinónimo de «modelo» ou «padrão») dado que este termo tem um significado especializado diferente em filosofia da ciência.

4. Expliar e definir ou caracterizar rigorosamente os conceitos e as teorias.

Uma definição ou caracterização pode ser totalmente incorrecta, ou subtilmente incorrecta. Definir a dedução como um argumento que «parte» do geral para o particular é totalmente incorrecto. Contudo, mesmo que não existissem contra-exemplos óbvios a tal definição, seria mesmo assim um erro subtil, na medida em que o que caracteriza a dedução, por oposição à indução e a outras formas não dedutivas de argumentação, não é a maior ou menor generalidade das premissas e conclusão.

Um conceito, ou uma teoria, pode ainda ser incorrectamente definido ou caracterizado quando é apresentado nos termos em que um dado filósofo o definiu ou caracterizou, e não nos termos filosoficamente consensuais em que hoje se entende tal conceito ou teoria. Por exemplo, não se pode definir ou caracterizar o conceito de dogmatismo nos termos em que Kant o fazia, como se esse fosse o conceito consensual de dogmatismo, ou como se fosse uma teoria e não um conceito.

Não basta definir ou caracterizar os conceitos e as teorias. É também necessário explicar de forma rigorosa o que querem dizer as definições ou caracterizações dadas. Por exemplo, não basta caracterizar a filosofia como o lugar crítico da razão; é necessário explicar o que isso efectivamente quer dizer.

5. Ser parcimonioso e coerente com as distinções introduzidas.

Não se deve introduzir distinções que não sejam verdadeiramente necessárias para a discussão e compreensão das matérias seguintes. As distinções introduzidas têm de ser operativas e os autores têm de lhes obedecer sistematicamente. Por exemplo, é incorrecto distinguir a ética da moral e algumas páginas depois usar os dois termos indiferentemente.

6. Formular e articular rigorosamente os problemas, teorias e argumentos.

Os problemas filosóficos exprimem-se de forma particularmente clara por meio de perguntas muito precisas, como «O que justifica o poder do estado?» ou «O que é a arte?». Estes problemas têm de ser genuinamente filosóficos. Por exemplo, as seguintes perguntas não exprimem problemas filosóficos claramente identificáveis: «Como concebiam os antigos a relação entre os seres humanos e o estado?» e «A problemática da

arte e do consumo». A primeira é apenas um pedido para se explicar uma dada teoria ou conjunto de teorias, sem contudo exprimir o problema que tais teorias procuram resolver. A segunda não esclarece exactamente que problema se tem em mente, nem é claro que se trate de um problema genuinamente filosófico, em vez de sociológico, histórico, psicológico, económico ou político.

As teorias filosóficas respondem a problemas filosóficos e esta articulação tem de ser absolutamente clara. Das diferentes versões de uma mesma teoria, deve-se seleccionar a mais plausível.

Os argumentos filosóficos devem ser formulados de modo a que as premissas e conclusões sejam claramente identificáveis. Das diferentes versões de um dado argumento, deve-se seleccionar a mais forte de modo a que o estudante possa discutir a razão mais sólida a favor de uma dada tese.

7. *Atribuir correctamente a autoria das teorias e argumentos estudados.*

As teorias e argumentos têm uma dada autoria histórica, e é importante explicitá-la correctamente. Por exemplo, não é correcto atribuir o idealismo a Platão.

Nem sempre as versões das teorias e argumentos estudados correspondem exactamente ao que os seus autores defenderam. Esta diferença deve ser explícita.

Não se devem atribuir de forma vaga teorias ou argumentos sem especificar os filósofos que os defendem. Por exemplo, é incorrecto dizer que os epistemólogos defendem que há uma objectividade forte e uma objectividade fraca, sem especificar que epistemólogos o defendem efectivamente.

Seleção de conteúdos

8. *Seleccionar os conteúdos importantes.*

De entre a enorme quantidade de conceitos, problemas, teorias e argumentos, é necessário seleccionar os filosoficamente mais importantes. Por exemplo, é um erro leccionar a teoria psicológica de Piaget em teoria do conhecimento, em detrimento de outras teorias mais discutidas e centrais, dado que não se trata de uma teoria filosoficamente importante. Na selecção de conteúdos é obrigatório ter em conta o estado actual da discussão de cada problema, teoria ou argumento filosófico.

9. *Seleccionar e articular os conteúdos relevantes.*

Os conteúdos ou são relevantes por si mesmos ou porque são instrumentais. No primeiro caso, devem ser apresentados de forma articulada. No segundo caso, a conexão instrumental deve ser óbvia. Por exemplo, para se discutir as provas tradicionais da existência de Deus, deve-se esclarecer previamente o conceito de Deus que está em cau-

sa. Pelo contrário, para leccionar a teoria do silogismo não é necessário leccionar a teoria do juízo, dado que esta última não desempenha qualquer papel de relevo nem tem qualquer conexão importante com a primeira.

10. Incluir unicamente conteúdos para estudantes.

Quaisquer conteúdos complementares, importantes para a formação do professor, devem ser apresentados em livros ou publicações complementares e não no próprio manual. O manual é um apoio à formação do estudante e não do professor.

Imparcialidade

11. Usar uma linguagem distanciada, objectiva e não tendenciosa.

A linguagem distanciada caracteriza-se por ser equidistante relativamente a pontos de vista substanciais. Uma linguagem objectiva não apresenta adjetivações de cariz subjectivo. Uma linguagem não tendenciosa não favorece nem desfavorece quaisquer pontos de vista substanciais. Por exemplo, escrever «Urge reconhecer a necessidade de critérios trans-subjectivos de valoração» é tendencioso, pois um subjectivista ético não reconhece a existência de tais critérios; e escrever «Os filósofos anteriores a Sócrates manifestavam um escandaloso divórcio relativamente aos assuntos humanos» usa uma adjetivação inaceitável.

12. Ser equilibrado na exposição das matérias.

Deve-se apresentar as principais críticas a cada uma das teorias e argumentos estudados. Nenhuma posição filosófica substancial deve ser apresentada como se fosse a palavra final. Por exemplo, não se deve apresentar a teoria da arte como imitação como se não enfrentasse contra-exemplos óbvios.

O grau de importância e pormenor dado às diferentes matérias deve corresponder à sua importância científica (e necessidade didáctica), e não às preferências dos autores de manuais. Assim, por exemplo, é incorrecto dedicar apenas duas páginas às provas tradicionais da existência de Deus, que constituem um dos aspectos centrais da filosofia da religião, dedicando depois várias páginas à descrição histórica e geográfica das diferentes religiões do mundo.

13. Apresentar as teorias e argumentos à luz mais favorável.

Por exemplo, não se deve apresentar de forma caricatural a teoria relativista, em ética. A teoria deve ser apresentada da forma mais favorável possível, apresentando-se de seguida, e com igual clareza, as dificuldades mais importantes que enfrenta. Compete ao estudante tomar posição.

14. *Não moralizar.*

Não se deve usar uma linguagem moralizante, favorável a esta ou àquela ideologia defendida pelo estado ou por qualquer partido político, filiação religiosa ou grupo de pressão. Por exemplo, não se deve exaltar os ideais da cidadania participada, da igualdade ou da democracia. Por mais que concordemos com tais ideais, será instrumentalizar a filosofia e a educação torná-las em veículo de propaganda. O que compete aos autores de manuais é a exposição distanciada, objectiva e não tendenciosa dos problemas, teorias e argumentos da filosofia, e não uma doutrinação destes ou outros ideais.

Actualização bibliográfica**15.** *Ter em conta os melhores livros introdutórios correntemente publicados.*

Há três tipos de livros de carácter introdutório, e todos são importantes: *a)* introduções à filosofia em geral ou às suas disciplinas específicas; *b)* antologias que reúnem os clássicos centrais das diversas disciplinas da filosofia; e *c)* dicionários, enciclopédias e histórias da filosofia.

Nos países onde a investigação filosófica corrente é mais dinâmica publicam-se livros introdutórios de grande qualidade. Alguns dos mais importantes editores de obras de investigação publicam igualmente livros introdutórios e de consulta. A Internet permite comprar essas obras em lojas virtuais de confiança. Os editores mais importantes disponibilizam os seus catálogos na Internet, além de os enviarem gratuitamente pelo correio.

Contudo, não se deve utilizar acriticamente tudo o que se lê. Muitos dos livros introdutórios poderão ser didacticamente desadequados ou cientificamente maus. O importante é ter um conhecimento abrangente e actualizado destas bibliografias, para que o autor de manuais possa orientar-se pelo que de melhor se faz.

16. *Ter em conta os melhores livros introdutórios correntes sobre os filósofos clássicos.*

Os melhores livros introdutórios sobre os filósofos clássicos apresentam uma exposição articulada, rigorosa e crítica das ideias centrais desses filósofos. Constituem por isso obras de inestimável valor para o autor de manuais.

17. *Conhecer o estado actual da investigação em filosofia.*

Não se exige um conhecimento especializado da actual investigação filosófica, mas deve-se ter um conhecimento actualizado da bibliografia relevante, nas áreas abrangidas pelo programa.

Apresentação dos autores

18. *Incluir informação sobre os autores.*

As qualificações científicas relevantes dos autores devem ser sobriamente apresentadas.

2. Aspectos didácticos

Linguagem

19. *Usar uma linguagem simples, directa, rigorosa e objectiva.*

A complexidade deve resultar exclusivamente dos conteúdos expostos; a exposição e explicação das complexidades deve ser o mais simples possível, sem sacrificar o rigor científico. Uma linguagem directa caracteriza-se por evitar vaguezas, ambiguidades, adjetivações desnecessárias e o uso excessivo de metáforas; o modelo a seguir é o texto descriptivo sóbrio e sem adornos. A linguagem rigorosa caracteriza-se pelo grau máximo de precisão didacticamente aconselhável, sem esquecer que por vezes é necessário sacrificar algum pormenor para se ganhar em comprehensibilidade. A linguagem objectiva caracteriza-se por não conter apreciações pessoais, descrevendo, ao invés, de forma impessoal os conteúdos em causa.

20. *Eliminar longas parentéticas.*

As parentéticas devem ser usadas exclusivamente nos casos em que o seu uso torna o texto mais claro do que a divisão em períodos.

21. *Usar períodos curtos.*

Os períodos longos devem ser usados exclusivamente nos casos em que o seu uso torna o texto mais claro do que os períodos curtos.

22. *Ser parcimonioso e gradual na introdução de novos termos.*

Um parágrafo com muitos termos novos é quase ininteligível para o estudante médio. Os termos especializados devem ser introduzidos unicamente se forem realmente necessários para o desenvolvimento das matérias, e devem ser introduzidos gradualmente.

23. *Explicar sempre quaisquer termos sofisticados usados pela primeira vez.*

Os termos sofisticados, especializados ou não, devem ser directamente explicados de forma clara e despretensiosa sempre que são introduzidos. O estudante não deve sentir-se desencorajado por ser confrontado com palavras cujo significado preciso desconhece.

Organização

24. *Respeitar o princípio da proporcionalidade.*

Tem de haver proporcionalidade entre as aulas previstas no programa e o número de páginas (e quantidade de conteúdos) do manual. Por exemplo, um manual não deve dedicar 250 páginas a uma secção do programa para leccionar em 14 aulas, dedicando apenas 200 páginas às restantes secções do programa que prevêem 36 aulas.

25. *Começar pelos conteúdos mais simples e intuitivos.*

As primeiras secções ou capítulos de cada unidade do manual deverão apresentar os conteúdos mais simples e intuitivos, com base nos quais o trabalho posterior é desenvolvido.

26. *Apresentar de forma simples e intuitiva conteúdos complexos e sofisticados.*

Sem caricaturar nem distorcer os conteúdos mais complexos e sofisticados, estes devem ser apresentados da forma mais simples e intuitiva possível. A dificuldade deve resultar exclusivamente da complexidade e sofisticação dos conteúdos em si.

27. *Começar pela formulação dos problemas.*

Formular problemas não é apenas referir problemas, mas antes articulá-los e explicá-los explicitamente. Quando se comprehende cabalmente os problemas filosóficos que estão em causa é mais fácil compreender a razão de ser das teorias e argumentos defendidos pelos filósofos.

28. *Articular adequadamente os diferentes capítulos e secções do manual.*

Os capítulos e secções do manual deverão articular-se de tal forma que, além da progressão do grau de dificuldade, as secções e capítulos posteriores usem os conteúdos e competências desenvolvidas nas secções e capítulos anteriores.

29. *Manter uma estrutura constante.*

As diferentes partes que constituem um dado capítulo devem repetir-se em todos os capítulos, salvo exceções pontuais cabalmente justificadas pela natureza das matérias. Uma estrutura constante ajuda o estudante a orientar-se.

Selecção de textos

30. *Os textos não devem substituir-se ao manual.*

Compete aos autores de manuais explicar e apresentar as matérias do programa. Os textos não devem substituir o que compete aos autores. Por exemplo, compete aos autores explicar a diferença entre ciência e senso comum, e não aos textos de apoio. A

estes, cabe a tarefa de ilustrar posições e argumentos filosóficos substanciais, ou complementar as posições e argumentos abordados no manual. Os autores devem consultar livros introdutórios e poderão guiar a sua exposição por eles; mas não devem usar as partes expositivas dos livros introdutórios como textos.

31. *Respeitar o princípio da adequação didáctica.*

Os textos devem ser adequados para o nível etário e cognitivo dos estudantes. Isto significa que, por vezes, é necessário adaptar textos centrais mas cujo vocabulário ou estrutura sintáctica seja desadequado para os estudantes. Quando ocorre, a adaptação de textos tem de ser explicitamente referida.

32. *Respeitar o princípio da relevância científica.*

Os textos seleccionados devem ser cientificamente relevantes, e não o que por acaso se relaciona de algum modo com as matérias estudadas. Isto significa que para ilustrar as críticas a Kuhn, por exemplo, é necessário usar textos que apresentem as críticas científicamente mais relevantes.

33. *Respeitar o princípio da importância científica.*

Os textos seleccionados devem ser cientificamente importantes, e não o que por acaso coincide com as matérias estudadas. Isto significa que para ilustrar o fideísmo, por exemplo, não se deve usar um filósofo menor ou quase desconhecido, mas antes um dos mais importantes filósofos representativos desta teoria.

34. *Usar unicamente textos de filósofos, antigos ou contemporâneos.*

Num manual não se deve usar textos ou citações de outro manual, nem se deve usar textos de comentadores. O objectivo dos textos é colocar os estudantes em contacto com os filósofos. Para colocar o estudante em contacto com outros manuais e comentadores, deve-se indicar tais obras na bibliografia.

35. *Usar textos com uma dimensão adequada.*

Textos com apenas algumas linhas poderão ser usados no corpo do manual, mas não na secção de textos (se o manual tiver uma secção de textos). Nesta secção, os textos deverão desenvolver problemas, teorias e argumentos com alguma articulação e pormenor. Mas os textos também não poderão ser tão longos, sobretudo no 10.º ano, que sejam de leitura praticamente impossível para o estudante médio.

36. *Articular os textos com a exposição.*

Os textos devem estar intimamente articulados com a exposição das matérias do manual. A exposição das matérias deve dar ao estudante as competências necessárias para poder compreender os textos seleccionados. Estes devem explicitar a fundamentação usada pelos filósofos para defender as suas teorias.

37. *Distinguir textos obrigatórios de textos complementares.*

Os textos complementares deverão estar claramente identificados. Estes consistem em textos que não são parte integrante das matérias, mas apenas informação complementar.

38. *Ser parcimonioso na seleção de textos.*

Um número demasiado elevado de textos torna o estudante dependente do professor para seleccionar os mais importantes, não dando espaço à discussão crítica dos mesmos. Um número parcimonioso de textos oferece maiores garantias de que os textos importantes serão discutidos.

39. *Os textos não devem constituir mais de 40% da totalidade do manual.*

As antologias de textos são instrumentos importantes para o ensino, mas um manual não é uma antologia.

Exemplos

40. *Usar exemplos ilustrativos.*

Ao ilustrar uma noção é tão importante dar exemplos de casos positivos como de casos negativos.

41. *Usar exemplos esclarecedores.*

Os exemplos esclarecedores são os que ajudam a compreender os aspectos mais subtils da noção em causa.

42. *Garantir que não existem contra-exemplos.*

Não basta dar exemplos para ilustrar uma dada noção; é necessário garantir que não existem contra-exemplos. Por exemplo, pode-se dar exemplos de deduções que «partem» do geral para o particular, o que parece justificar uma certa noção errada de dedução válida; mas o importante é que há contra-exemplos óbvios a essa noção.

Tarefas e exercícios

43. *Articular tarefas e exercícios com a exposição e discussão das matérias.*

As competências necessárias para realizar as tarefas e exercícios propostos devem ter sido exaustivamente desenvolvidas no manual.

44. *Os questionários sobre textos devem ser filosoficamente relevantes.*

As perguntas sobre os textos são filosoficamente relevantes quando incidem sobre os conceitos, problemas, teorias e argumentos filosóficos, e não sobre aspectos de mera compreensão linguística. Deve-se sempre exigir ao estudante que discuta as ideias do texto e tome posição fundamentada, e não apenas que exiba a sua compreensão do texto.

45. *As tarefas e exercícios devem ser precisos.*

O estudante deve compreender claramente o que lhe é pedido. A dificuldade da tarefa ou exercício deve resultar exclusivamente da dificuldade das competências e conteúdos envolvidos.

46. *As tarefas e exercícios devem ser relevantes.*

As tarefas ou exercícios são relevantes por dois tipos de razões: didácticas e científicas. Uma tarefa ou exercício é didacticamente relevante quando tem por objectivo eliminar incompreensões típicas do estudante; e é cientificamente relevante quando as matérias em causa são de crucial importância científica.

47. *Distinguir compreensão de discussão.*

É imperativo que os materiais, textos, exercícios e tarefas se orientem com o seguinte fim em vista: dar instrumentos e informações ao estudante para que possa dar a sua opinião fundamentada, informada e sofisticada sobre os mais diversos conteúdos estudados. É imperativo perguntar ao estudante se concorda e porquê com as diferentes teorias e argumentos estudados. Estas questões de fundo devem ser claramente distinguidas dos exercícios e tarefas que exigem meramente a compreensão das matérias estudadas.

48. *O grau de dificuldade deve ser adequado.*

Um sinal seguro de que as tarefas e exercícios não têm uma dificuldade adequada é a dificuldade que o próprio autor terá se quiser responder-lhes adequadamente.

3. Aspectos estilísticos

49. *Usar correcta e uniformemente as aspas, os itálicos e os negritos.*

Entre outras coisas, as aspas servem para citar e para distinguir o uso da menção. Para falar de uma palavra é necessário usar aspas, preferencialmente, ou itálico; não se pode dizer que a palavra filosofia tem origem grega, mas antes que a palavra «filosofia» tem origem grega. Para citar uma frase é necessário usar aspas, mas não se pode usar aspas para citar uma proposição, porque as proposições não são itens linguísticos.

Os negritos devem ser usados parcimoniosamente, para destacar termos importantes. Quando quase tudo se destaca, nada se destaca.

50. *Usar um português correcto.*

Deve-se usar um bom prontuário, para evitar erros comuns de português e marcas de oralidade, como «ter que» em vez de «ter de» ou vice-versa, e como as duplas negativas («Não há nenhum filósofo»).

51. *Citar correctamente as fontes.*

Não se devem atribuir afirmações de forma vaga. Todas as citações devem ser acompanhadas do nome do autor, título da obra e data original de publicação. O estudante deve aprender pelo exemplo a não cometer plágio e a citar correctamente.

52. *Citar de maneira uniforme.*

Deve-se adoptar uma das convenções possíveis de referência de fontes e usar sempre a mesma ao longo do manual.

53. *Datar correctamente as citações.*

À excepção das obras da antiguidade clássica, todas as obras devem ser citadas referindo a data. Esta data, contudo, deve ser sempre a da publicação original, e não a data da edição ou tradução efectivamente usada.

54. *Usar citações de dimensão adequada.*

Uma citação não é uma espécie de texto intercalar. Uma citação não deve ocupar mais do que algumas linhas.

55. *Indicar bibliografia, distinguindo a bibliografia recomendada da geral.*

Os manuais têm de incluir bibliografia geral, referindo as obras efectivamente consultadas pelos autores. No final de cada secção, capítulo ou parte relevante do manual, deve-se indicar leituras complementares adequadas para os estudantes, articuladas com as matérias estudadas e cientificamente centrais.

4. Aspectos gráficos

Mancha e cores

56. *As páginas devem ser sóbrias e legíveis.*

As páginas não devem estar sobrecarregadas de informação, e ainda menos de outros elementos, que prejudiquem a sua sobriedade. Devem igualmente ser concebidas pro-

curando a máxima legibilidade, nomeadamente evitando sobreposições e letra inadequadamente pequena.

57. *As cores devem ser sóbrias e ter uma função.*

Um manual deve assemelhar-se a um livro de estudo normal e não a uma revista de moda. O estudante não deve sentir-se infantilizado. As cores devem ser usadas parcimoniosamente e de modo sóbrio, e desempenhar uma função comunicativa óbvia.

Imagens

58. *Usar parcimoniosamente imagens que tenham uma articulação íntima com o texto.*

Se as imagens não tiverem uma articulação íntima com o texto, ou forem em número excessivo, constituem uma fonte de distração e não de esclarecimento. De modo a estimular a leitura, um manual escolar deverá, tanto quanto possível, assemelhar-se a um livro normal e não a uma revista de sociedade.

59. *Indicar a autoria das imagens e incluir legendas esclarecedoras.*

As legendas devem conter informação articulada com o texto, mas adicional. A atribuição de autoria tem também um papel formativo, para evitar plágios gráficos por parte do estudante.

Esquemas

60. *Usar parcimoniosamente esquemas esclarecedores que tenham uma articulação íntima com o texto.*

Demasiados esquemas transformam um manual em pouco mais do que um conjunto de apontamentos. Esquemas demasiado complexos, que exigem explicações adicionais do professor, nada esclarecem: podem até confundir. Os esquemas devem constituir auxiliares gráficos à compreensão e manter uma articulação evidente com o texto. Acresce que a esquematização excessiva infantiliza o estudante e não o prepara para a compreensão discursiva de matérias complexas.

61. *Os esquemas devem ser cientificamente correctos.*

É preciso resistir à tentação de distorcer e caricaturar as matérias com o fim de apresentar um esquema de fácil compreensão. Há matérias insusceptíveis de esquematizar.